

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

Constructing realities: an interaction perspective of Journalism and International Relations

Ivan Bomfim

Doutorando em Comunicação e Informação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; mestre em Comunicação, pela mesma instituição; especialista em Relações Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/Minas; graduado em Jornalismo, pelo Centro Universitário de Belo Horizonte – UniBH, e em História, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Resumo

O presente artigo visa a refletir sobre a possibilidade de interação entre os campos do jornalismo e das relações internacionais. Considerando-se os processos de *newsmaking* (TRAQUINA, 2000), entende-se que a produção noticiosa é uma forma de construção social da realidade, conceito desenvolvido por Berger & Luckmann (2001). Desta forma, analisa-se o jornalismo internacional relacionando-o à concepção construtivista das relações internacionais de Wendt (1992) e busca-se observar como as duas áreas podem se cruzar a partir das formas de instituição do real que mobilizam.

Palavras-chave: jornalismo internacional; construção social da realidade; *newsmaking*.

Abstract

This article aims to discuss the possibility of interaction between the fields of journalism and international relations. Considering the processes of *newsmaking* (TRAQUINA, 2000), we believe that news production is a form of social construction of reality, a concept developed by Berger and Luckmann (2001). Thus, we analyze the international journalism as related to the constructivist conception of International Relations of Wendt (1992) and seek to observe how the two areas may cross from the forms of institution of real that they mobilize.

Keywords: international journalism; social construction of reality; *newsmaking*.

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre a possibilidade de um movimento interacional entre os campos do jornalismo e das relações internacionais. Inicialmente, faz-se uma incursão à área das relações internacionais para melhor compreensão da teoria construtivista. Posteriormente, busca-se mostrar os processos constitutivos da produção da notícia, vendo-os como uma forma de construção social da realidade. Passa-se, no fim, à consideração da construção noticiosa no jornalismo internacional como um espaço de conhecimento que aciona elementos das duas áreas.

2. As relações internacionais: uma visão construtivista

Historicamente, o estudo das relações internacionais como um campo¹ específico sistematizou-se a partir do fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os efeitos catastróficos do conflito, causado, em grande parte, pelas alianças entre Estados e, segundo Carr (2001) – um dos teóricos da corrente realista das RI –, pela indiferença das populações às questões internacionais, derivaram na conformação da ciência política internacional. Apesar das diferentes correntes de interpretação, é praticamente consensual a afirmação da existência de quatro “grandes debates” acadêmicos², que acabaram por influenciar a constituição das matrizes analíticas dos estudiosos. O primeiro foi o do liberalismo contra o realismo; o segundo, entre as abordagens metodológicas tradicionais, de viés essencialmente político, e as abordagens behavioristas; o terceiro, constituindo as correntes do neorealismo e do neoliberalismo e agrupando-as em oposição ao neomarxismo ou economia política internacional. O último, e contemporâneo, envolve as tradições consagradas e as alternativas pós-positivistas (feminismo, teoria crítica, pós-modernismo e construtivismo).

Para melhor compreensão das teorias, faz-se sucinta explicação. O realismo – a teoria que tem papel fundacional para as relações internacionais – advoga que os Estados devem ser tratados como atores egoístas, que fazem escolhas racionais num ambiente anárquico³, e que, por fim, utilizarão

sempre a força para a consecução de seus objetivos. Os realistas são inspirados marcadamente pelos estudos de Hobbes e Maquiavel, vendo as relações humanas sob o prisma da utilização do poder e apresentando marcadamente um julgamento pessimista da natureza humana (JACKSON & SORENSEN, 2007). O liberalismo, por sua vez, tem sua gênese ligada ao erigir do Estado nacional moderno, e percebe as relações humanas pelas possibilidades cooperativas. Concepções de autores iluministas como Locke e Kant, que devotaram grande fé ao progresso (destacado tema de discussões entre os teóricos, mas considerado especialmente em caráter econômico na atualidade), compõem o arcabouço das concepções liberais.

A incursão pelas relações internacionais opera-se dentro dos pressupostos conformados ao construtivismo. De acordo com Wendt (1992), esta concepção não faz parte do quadro das teorias políticas, mas é uma forma de investigação social aplicada ao estudo do sistema internacional – um ambiente imaginário, histórico, construído pelo homem, no qual uma figura também imaginária, o Estado, é o agente. Amparado nos estudos da sociologia do conhecimento de Berger & Luckmann (2001), Wendt afirmou que os Estados são construtos sociais, de origem discursiva. Em acordo, Onuf (1998) disse que países são mundos sociais construídos, e vêm a existir porque as pessoas acreditam e dizem que eles têm existência real, fazendo com que o planeta, algo que existe fisicamente, seja repartido de maneira imaginária em centenas de Estados. Contudo, mesmo assim, estes são apenas um mundo instituído socialmente, não existindo por si só. Assim, eles “são fundamentalmente entidades cognitivas que não existem fora das ideias dos atores sobre como o mundo funciona. Isto não significa que instituições não sejam reais ou objetivas, mas que elas não são nada além de crenças” (WENDT, 1992: 399)⁴.

Desta forma, os Estados e o sistema internacional que o engendra são estruturas sociais, e todas as características facultadas a esses construtos constituem-se na instrumentalização destas ideias. O Estado é uma instituição que congrega identidade e interesses, agindo a partir de um entendimento coletivo que servirá à coordenação de suas ações,

condição normativa na qual “regras” não são diretamente responsáveis pelo modo como os agentes conduzem suas relações. Ela assegura que as consequências não intencionadas provenientes das muitas escolhas possíveis dos agentes acabem por regulamentar as relações entre eles. Se consequências não intencionadas “parecem” cumprir o papel de regras, isto se dá porque alguns agentes intencionam que eles próprios sejam responsáveis por estabelecer o regulamento (ONUF, 1998).

⁴ As citações literais de Onuf (1998) e Wendt (1992) foram traduzidas pelo autor.

¹ O conceito de campo, para Bourdieu (1983), é relativo a um espaço de práticas específicas, que pode ser considerado autônomo e com história própria, definindo problemas, disputas, referências e interesses próprios. É instituído a partir de relações objetivas entre agentes e instituições, que determinam suas interações.

² Halliday (1999); Jackson & Sorensen (2007); Wendt (1992).

³ Definir o padrão das relações internacionais como anárquico não significa afirmar que há uma ausência de preceitos ordenativos – o que caracterizaria caos, não anarquia. É a

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

dentro de um ambiente também instituído. “Estas estruturas são normalmente codificadas em regras formais e normas, mas possuem forças motivacionais apenas em virtude da socialização dos atores para e participação em um conhecimento coletivo” (WENDT, 1992: 399). Os construtivistas afirmam que conceitos tomados como consenso entre teóricos realistas e liberais, tais como soberania, balança de poder, interdependência complexa etc. são figuras instituídas que, escamoteando as objetivações que os indivíduos fazem, funcionam como regulamentadoras de um sistema que parece dissociado da vivência humana.

Um princípio fundamental da teoria construtivista é que as pessoas agem em relação a objetos, incluindo aí outros atores, fundamentadas nas concepções que estes objetos têm para elas. Estados agem de maneira diferente em relação a inimigos do que em relação a amigos porque inimigos são ameaçadores e amigos não são. Anarquia e balança de poder são insuficientes para nos dizer quem é o quê. (WENDT, 1992: 396-397).

Wendt (1992) observou que os interesses de quaisquer atores são baseados em identidades – uma forma contingente de produzir significados, designando papéis sociais – e estas são adquiridas pela participação em estruturas de conhecimento coletivo. Atenta-se para um fenômeno decisivo no êxito da ideia de Estado: a nação, o que se mostra, inclusive, pela consagração da terminologia “Estado nacional”. A clássica definição de Anderson (1991) de nação como “comunidade política imaginada” denota que, embora seus componentes tenham um senso de comunhão grupal, eles nunca conhecerão a maioria de seus compatriotas, como aconteceria numa comunidade dita normal. Em acordo, Hall (1998) certificou que o sentido de nação trabalha com a construção de uma identidade nacional, de maneira que os indivíduos possam se identificar com a instituição estatal. A percepção da constituição identitária será aplicável, para Onuf (1998) e Wendt (1992), pela razão de que a linguagem transfigura visões individuais em relações internacionais, e agentes em qualquer nível são percebidos como possuidores de intencionalidade; ademais, indivíduos conferem identidades a si mesmos e às instituições que os representam.

A percepção como realidade objetiva do mundo social é a forma pela qual estruturas sociais são tomadas por formas naturalmente reais. Este procedimento foi descrito por Berger & Luckmann (2001) como enraizamento do mundo social, e compreende a linguagem com o papel de originar universos de significação partilhados socialmente, a partir do processamento da comunicação.

Observados os pressupostos da construção social da realidade na matriz teórica construtivista das relações internacionais, passa-se à sua observação no campo do jornalismo – e, em especial, na prática de produção noticiosa. Posteriormente,

analisa-se como a notícia internacional pode ser tomada como espaço de interdisciplinaridade entre as áreas do jornalismo e das relações internacionais.

3. A construção social da realidade pelo jornalismo

Os meios de comunicação reconstituem, por intermédio de aparatos tecnológicos, as estruturas de poder simbólico que orientam a experiência social, de acordo com Thompson (1998). Como a comunicação midiática ocupa lugar de destaque para a organização social, pela veiculação de formas simbólicas representativas culturalmente para os indivíduos, entende-se o jornalismo como uma das principais referências na construção social da realidade contemporânea. O campo se constituiu, nas palavras de Miguel (1999), em um sistema perito⁵ que apresenta expressiva condição de autonomia em relação aos seus dependentes e implica confiança significativa de sua competência. O jornalismo, investido de um papel definido como particular dentro da estrutura social, acabou por desenvolver uma “legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (FRANCISCATO, 2005: 167). Não obstante, para participar do processo construtivo social, o jornalismo deve, de certa maneira, negá-lo. Franciscato expôs esta questão ao comentar que, entre os fundamentos que sustentam o campo, há um ideal de transposição da realidade através de técnicas específicas, trazendo esta “verdade” àquilo que se chama de notícia. Parte-se da consideração de existência de uma realidade objetiva que pode ser reconstituída por meio de dispositivo físico.

Todavia, se, de acordo com Berger & Luckmann (2001), o que se designa como realidade social é algo instituído pelos processos de significação⁶, num procedimento ancorado na

⁵ A atitude de confiar na instância jornalística, para Miguel (1999: 199), divide-se em três momentos: “1) confiança em relação à veracidade das informações noticiosas; 2) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização dos elementos importantes ao relato; 3) confiança quanto à justeza na seleção e hierarquização das notícias diante do estoque de fatos disponíveis”.

⁶ Para Berger & Luckmann (2001), o homem é um ser social, que, numa relação dialética, faz erigir um mundo e é produto deste. Sendo o único animal que consegue se exteriorizar, ele produz um universo diferente, social. Essa realidade humana é instituída por seus hábitos e costumes que, ao serem automatizados para uma economia de energia, acabaram por integrar-se à rotina e, consequentemente, sendo institucionalizados nas populações. É configurada uma situação social (institucional) apoiada na tradição, que assegura a passagem do conhecimento para gerações futuras, num processo defini-

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

linguagem, a noção de que a notícia é um reflexo do real não se fundamenta. Desta forma, a negação que o jornalismo faz de seu próprio funcionamento na estruturação social advém de um conjunto de prerrogativas nas quais o campo se insere. Destaca-se que o jornalismo envolve duas perspectivas: a instituição jornalística e a atividade jornalística. A primeira representa que o jornalismo “é, ao mesmo tempo, um ‘corpo’, uma forma social e uma estrutura operacional de produção” (FRANCISCATO, 2005: 166), posto que se trata de uma instituição que engendra uma racionalidade própria. A segunda perspectiva abrange “o conjunto das práticas (habilidades e técnicas) executadas pelos jornalistas e das normas, valores e conhecimentos específicos que conformam, dão discernimento e orientam esta prática” (FRANCISCATO, 2005: 166).

A junção entre a imagem de um corpo social instituído e as formas de ação dos representantes desta instituição pode ser percebida na formação do que Traquina (2000) sustentou como a identidade jornalística. Há um movimento de busca da afirmação social das empresas, baseando sua legitimidade num profissionalismo semelhante ao que orienta as atividades nos campos da Medicina e do Direito, junto ao desenvolvimento das características do fazer jornalístico, englobadas no que se faculta como *ethos* da profissão e nos preceitos que a orientam.

(...) a noção de “imprensa livre” ou o jornalismo como “quarto poder”, que definiram um *ethos* próprio para os jornalistas, nomeadamente o de um comunicador desinteressado que não só serve à opinião pública e constitui uma arma, imprescindível em democracia, contra a tirania insensível ou quaisquer eventuais abusos de poder, mas também que se sente comprometido com a verdade (TRAQUINA, 2000: 25).

É representativa a conformação de uma cultura jornalística, e, mais do que influenciar, esta é definidora do resultado de seu trabalho – a notícia⁷. Primordial para compreender o que é notícia é a noção de que nem todo acontecimento será transformado em notícia. Dentre a enormidade de fatos que

do como objetivação, por se referir à realidade objetiva na qual o indivíduo está inserido. A realidade social é construída pelo processo de exteriorização – objetivação – interiorização, que significa a síntese resultante dos outros processos, num caminho de mão dupla contínuo homem/sociedade.

⁷ Em resumo, para Traquina (2000), a notícia é dependente de seis condições de produção: a “realidade”, ou formas como se apresentam os acontecimentos; as coações estabelecidas pelo sistema organizacional aos jornalistas; as formas de narração utilizadas pelos jornalistas; as rotinas produtivas que estruturam a prática dos profissionais; a intencionalidade das fontes utilizadas e a dinâmica destas com os jornalistas; e os chamados “valores-notícia” dos jornalistas.

ocorrem todos os dias, em todos os lugares, apenas uma parte ínfima acaba realmente “acontecendo” aos olhos de uma coletividade-público. Rodrigues (1993) afirmou que, além dos acontecimentos imprevisíveis ou inesperados, que constituiriam a matéria-prima da qual seriam feitas as notícias por abalarem a ordem social, há outra categoria de acontecimentos que também serão transformados em produto noticioso. Estes são denominados meta-acontecimentos e caracterizam-se por ser “a realização técnica das instâncias discursivas; é um discurso feito ação e uma ação feita discurso” (RODRIGUES, 1993: 30). Surgem ao apresentarem-se à existência midiática e, por este motivo, inscrevem-se num mundo simbólico. A tentativa de dar ao discurso jornalístico propriedade de verificação da realidade torna-se medida ilusória e idealizada, tarefa que só seria permitida dentro de um mundo ordenado por uma suposta “verdade universal” inabalável.

Molotch & Lester (1993) identificaram a produção das notícias a partir de uma relação entre três instâncias: (a) promotores de notícias; (b) jornalistas; e (c) consumidores de notícias. Os acontecimentos são “coletados” primordialmente na interação entre as duas primeiras instâncias para ser construídos como notícia na segunda e disponibilizados à terceira. A desconstrução do julgamento de notícia como reflexão da realidade passa pela consideração da notícia como “estória”, narrativa permeada por uma ideia de objetividade que escamoteia diversos processos constitutivos de seu erigir (TUCHMAN, 1999). Estes são fundamentados na utilização de critérios de noticiabilidade relativos a valores-notícia dos acontecimentos, numa cadeia de definições operacionais de objetividade incorporada ao *ethos* jornalístico antes mencionado. É importante ressaltar que estes critérios de noticiabilidade apresentam-se como uma forma de organização do trabalho jornalístico relacionada às imposições do tempo, considerando-se que o jornalismo busca uma estruturação da ordem temporal para a concretização de sua prática (WOLF, 2008).

Os valores-notícia serão definidos de maneira subjetiva, como se introjetados na figura do profissional e, a partir dele, determinados de modo “imparcial”. Exemplo desta constatação é a ideia do *gatekeeper*, que se mostra de grande valor para a investigação de temas ligados ao jornalismo internacional. O conceito é operado a partir de um entendimento de que, dentro do processo de construção noticiosa, alguns jornalistas possuem o papel de selecionar acontecimentos, decidindo o que, no universo de acontecimentos dispostos pelos *news promoters*, será escolhido para a transformação em notícia – procedimento corriqueiro na editoria de internacional. Para ele, a seleção acontece a partir de parâmetros objetivos, relativos ao aprendizado da profissão (WHITE, 1993; WOLF, 2008). Considerando-se a perspectiva do *newsmaking*, este escalonamento de valores é um “ritual

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

estratégico” da profissão (TUCHMAN, 1993), operado por uma lógica de critérios de noticiabilidade conjugados que derivam na concepção de objetividade. Torna-se opaca a subjetividade constitutiva de tais julgamentos e percebe-se a manifestação de uma escala valorativa acerca do que é relevante saber sobre o mundo. No caso do jornalismo internacional, os profissionais, ao acessarem o despacho (nome dado ao conteúdo das agências disponibilizado às empresas), orientam-se pela pergunta: o que acontece no mundo que é relevante para ser publicado?

Observa-se que, para essas “escolhas”, atuam em continuidade julgamentos de várias ordens. A situação é emblemática no jornalismo internacional porque nele se trabalha com uma quantidade expressiva de temáticas, fazendo com que as opções de fatos, para ser transformados em notícias, recaiam sobre acontecimentos amplamente diferentes – o que se torna ainda mais complexo por envolver países e regiões diversas e, conseqüentemente, perspectivas dissonantes. É inegável, assim, a mobilização de percepções variadas, realizadas por meio de enquadramentos da realidade. Sustenta-se que o jornalismo internacional está amparado na constituição conceitual de estruturas como o sistema internacional e o Estado, fazendo com que o imaginário torne-se “real” por meio da construção das notícias. Não por coincidência, a definição de identidade nacional tem papel preponderante nesta estruturação do mundo.

4. O jornalismo como espaço de interação

O jornalismo internacional se apresenta comportando diversos âmbitos, pois as notícias definidas como internacionais podem ser sobre economia, política, cultura etc. Sua característica primária é a percepção de uma ordem geográfica (AGUIAR, 2008). As fronteiras físicas do Estado são reproduzidas pelo jornalismo ao definir-se uma notícia como circunscrita à editoria de internacional. Há um processo de naturalização da estrutura de sistema internacional – que, como concebem os construtivistas, escamoteia a lógica relacional de identidades e os interesses sob a instrumentalização das regras do sistema, tais como a soberania estatal.

Disse Franciscato (2005) que a instância jornalística produz uma fundamentalidade espaço-temporal que ampara a experiência de um tempo presente para a sociedade em geral. O jornalismo trabalha sob uma noção de que reproduz uma realidade objetiva, e o faz, como apontado anteriormente, não explicitando seu papel na construção da realidade social. Hall (1993) explicou esta situação pelo conceito de enquadramento:

Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica

básica da vida cotidiana. São elaborados através de uma variedade de “explicações”, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber da sociedade (HALL, 1993: 227).

O referido autor afirmou que, sem estes “mapas culturais de significado” do mundo social, o trabalho de dar sentido à informação jornalística não poderia ser efetivado. Porém, eles devem ser tomados em perspectiva, para que se faça ver o que é constitutivo da “desordem” que, paradoxalmente, faz o papel de ordem natural da realidade.

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL, 1993: 226).

A concepção de enquadramento recorre à interpretação dos contextos nos quais as notícias são produzidas. Ela influencia a constituição do que é entendido como agenda jornalística, ou seja, os acontecimentos que se tornarão notícias. Os enquadramentos jornalísticos podem ser definidos como uma “espécie de princípio interpretativo que organiza um conjunto de temas” (ANTUNES, 2009: 96). Eles agem no processo de significação das notícias, referenciando formas de compreensão dos fatos, sendo padrões contínuos de “cognição, interpretação e apresentação, e ainda de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos (*symbol-handlers*) organizam rotineiramente o discurso” (GITLIN *apud* TRAQUINA, 1993: 28-29).

As temáticas contempladas na editoria de internacional são entendidas, de maneira usual, como distantes da experiência direta da maioria dos indivíduos – o que influenciaria a mobilização do arcabouço das experiências vividas. Traquina (2000) atestou que as questões internacionais, como não envolventes ou de limiar elevado, são mais suscetíveis aos enquadramentos. Como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica. O tratamento do objeto-notícia “é ainda mais delicado quando se trata de fatos internacionais, pois o enquadramento dado a estes pela imprensa será, em última análise, determinante para formar a visão de mundo – no sentido mais literal possível – do leitor” (AGUIAR, 2008: 20). Corroborando, Hall (1993) explicou que “os *media*, desta forma, apresentam a primeira, e muitas vezes única, fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes” (HALL, 1993: 228). Por meio de

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

enquadramentos, o jornalismo internacional busca verter em conhecimento acessível acontecimentos que se fazem fora da compreensão do público.

Vê-se que os quadramentos não são tomados como o assunto de uma notícia, mas são relativos a concepções gerais. Eles são percebidos por meio de *media templates* ou moldes midiáticos (ANTUNES, 2009), que condensam no texto jornalístico fatores para a compreensão da notícia e estabelecem aspectos das “memórias coletivas e analogias históricas acionadas na construção das matérias” (PONTE *apud* ANTUNES, 2009: 94). Os moldes midiáticos são utilizados para prover um contexto para os fatos observados na notícia; servem como instância comparativa, auxiliando na explicação destes fatos; indicam significados cristalizados que serão utilizados na interpretação de novos fatos.

Os moldes midiáticos dentro da notícia internacional mobilizam as concepções consensuais do funcionamento do sistema internacional. Este, linguisticamente, já denota uma estrutura que funciona na relação entre nações – que acabam sendo tomadas como forma de identificação homogênea de grupamentos sociais a partir de representações de nacionalidades (brasileiros, argentinos, franceses etc.), mesmo que estas sociedades sejam marcadas pela fragmentação. Tal fato acontece pela ideia de uma “intrinsicidade” identitária nacional, que separa indivíduos e lhes atribui características baseada apenas na conformação de fronteiras (não obstante, também imaginárias). Müller, Machado & Jacks (2004) e Pozobon (2009) investigaram as representações dos argentinos no noticiário brasileiro, mostrando como se constroem identificações identitárias negativas acerca desses. As notícias sobre os argentinos fazem uso rotineiro de analogias históricas e estereótipos, focalizando acontecimentos pelo prisma de uma rivalidade entre Brasil e Argentina, com uma moral da história sempre presente. Deve-se demarcar a condição de um “nós”, brasileiros, que é, por natureza, diferente “deles”, argentinos. Como esta percepção não possui substancialidade natural, ativam-se os elementos de identidade cultural, incorrendo em processos sociais e históricos que, desta maneira, irão diferenciar os dois grupamentos sacionacionais. Assim, as representações sociais de viés nacional tornam-se indispensáveis. Interessante perceber que este é um processo comparável ao que Wendt (1992) notou na relação entre os Estados Unidos e a Rússia nos anos seguintes ao fim da guerra fria:

A falta ou falha dos papéis [dos Estados, *observação do autor*] torna a definição de situações e interesses mais difícil, e pode resultar em confusão de identidades. Isto parece estar acontecendo atualmente nos Estados Unidos e na antiga União Soviética: sem as atribuições mútuas de ameaça e hostilidade para definir suas identidades, estes Estados parecem não saber quais “interesses” devem ter (WENDT, 1992: 398, 399).

O jornalismo internacional, por suas características de produção, tem como particularidade uma contextualização relativamente maior das notícias. O trabalho de apuração dos eventos é feito, de maneira frequente, à distância, sendo corriqueiramente dependente de outras mídias, o que foi definido por Aguiar (2008) como um trabalho “pré-mediado”, e um dos fatos determinantes para a inclusão de uma notícia em editoria internacional é a sua proveniência. Em grande parte, elas não são produzidas a partir do trabalho *in loco* de profissional da empresa jornalística que a publica, sendo ação de um correspondente internacional ou enviado especial. Assim, caracterizam-se como internacionais as notícias que chegam às empresas via agências noticiosas, sem as quais é impossível pensar o jornalismo internacional. Para Hester (1980), Thompson (1998) e Aguiar (2008), elas tornaram viável a estruturação da atividade jornalística transnacional. Em seu início, a coleta e a distribuição das notícias por parte dessas empresas foi organizada gradativamente até que houvesse uma divisão de áreas mundiais de atuação, com a monopolização do tráfego noticioso pelas três maiores: *Reuters*, da Grã-Bretanha, *Havas*, da França, e *Wolff*, da Alemanha. Hester (1980) comentou que as agências não criaram modelos básicos dos canais de notícias internacionais, mas aproveitaram redes de comunicação previamente existentes, estabelecidas de acordo com os interesses dos Estados às quais pertenciam. As empresas desenvolviam seu trabalho com o suporte das elites político-econômicas dos países que lhes serviam como sedes.

Aguiar (2008) disse que a força das agências de notícia mantém-se dentro da lógica organizacional das empresas jornalísticas, mesmo diante dos canais abertos na contemporaneidade pelas redes de informação, destacadamente a internet. Para este autor, como observou Hester em 1980, é irônico, por exemplo, que países da América Latina recebam informações sobre os Estados vizinhos não diretamente por eles, mas pelas agências baseadas em terceiros países, destacadamente aqueles considerados como “desenvolvidos” – Estados Unidos e países europeus como Grã-Bretanha, França e Alemanha. O investimento feito pelo governo norte-americano no início do século XX para o desenvolvimento de suas agências representa a preocupação em relação à imagem construída sobre os EUA pelas empresas de outros países. Acreditava-se que estas notícias apresentavam aspectos que indicavam uma “imagem distorcida” – o que foi visto pelo autor como análogo ao que acontece com as nações latino-americanas nas notícias distribuídas pelas atuais agências dos países citados.

A concepção de uma distorção de imagem pressupõe a existência de uma “imagem verdadeira” dos fatos, anterior e independente à forma pelas quais eles se tornam notícias. Contudo, defende-se o conceito de que a construção da

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

notícia é definidora de sua realidade – com esta sendo estabelecida socialmente. O que se considera julgamentos e visões pré-concebidas é constitutivo dos processos de enquadramento pelos quais os acontecimentos são identificados e contextualizados (HALL, 1993). Sendo estas notícias produzidas por grupos que veem como importantes temáticas relacionadas às estruturas estatais das quais fazem parte, sua construção mostrará esta escolha como objetiva. Exemplarmente, estes enquadramentos reproduzem a divisão de forças dentro do sistema internacional.

Em concerto, Steinberger (2005) disse que o jornalismo internacional acaba por refletir a configuração de uma hierarquia do sistema internacional, e os atores vistos como “menos importantes” serão mais suscetíveis às generalizações das empresas jornalísticas e das agências noticiosas dos países hegemônicos dentro do sistema. Com as agências sediadas destacadamente em nações com poderio econômico e político, as notícias utilizadas por empresas do mundo inteiro reforçarão o entendimento da existência de Estados fortes ou fracos, países culturalmente ricos ou exóticos, exitosos ou fracassados, como algo natural, visto que tanto a estrutura do sistema quanto o jornalismo “refletem a realidade”. A construção social do real perpassa diferentes instâncias, e, neste caso, afirma a inexistência de um poder superior juridicamente, mas que existe a partir da instrumentalização do econômico e político, como atestou o dizer de Wendt (1992: 395), segundo o qual “a anarquia é o que os Estados fazem dela”. O jornalismo internacional, investido no poder de apresentar o mundo e também de fazer entendê-lo (TRAQUINA, 2000), participa, assim, da construção imaginária do sistema de Estados e dos conceitos que este, num movimento dialético, institui e pelos quais é instituído.

5. Considerações finais

Longe de ser uma instância de constatação do real, como em geral se apresenta à sociedade a partir de pressupostos como objetividade e imparcialidade jornalística, o jornalismo participa ativamente da experiência de instituição do que se entende como realidade. Porém, explicitar sua atuação na estruturação da vivência social poderia tornar-se um golpe à autoridade que, historicamente, a instância jornalística conseguiu, visto que ele possui confiança baseada em crença no seu funcionamento e fidedignidade.

Esta autoridade social do jornalismo mostra-se semelhante à força demonstrada pela instituição do sistema internacional e de seu principal objeto constituinte, a figura do Estado.

Este pode ser visto como construto social que adquiriu legitimidade semelhante à de estruturas naturais, sendo um dos pontos de maior significação da experiência humana contemporânea. Instituídos historicamente, os Estados são, em larga medida, percebidos como figuras pétreas, perenes e imutáveis.

Analisar as perspectivas de interação entre os campos do jornalismo e das relações internacionais ampara-se numa intenção de desautomatização, isto é, da percepção dos papéis que estas estruturas desempenham na organização social. Decisivamente, em vista do desempenho de suas funções, tanto o jornalismo quanto as organizações estatais não são abertas a questionamento: abraçar a ideia de constatação do real por parte da instância jornalística é muito próximo da consideração dos Estados como figuras existentes além da consciência humana. Assim, complexifica-se a questão da construção do noticiário que aborda temas exteriores à vivência cotidiana – que, mesmo utilizando uma concepção marcadamente representacional, se pode dizer ser nacional.

Desta forma, para cumprir suas determinações, o material noticioso sobre o que se passa em lugares distantes, demarcados a partir de símbolos (como bandeiras), representações sociais (nacionalidade) e até estereótipos (argentinos rivais, por exemplo), deve se apoiar em instituições da realidade, sustentadas a partir de diversos fatores. Contudo, vê-se que o campo das relações internacionais, destinado ao estudo das interações entre essas figuras imaginárias, respalda a posição jornalística de vigilância dos eventos mundiais – crises entre países, por exemplo, são temas para os dois campos, e mesmo o que um deles produz pode influenciar o outro, se for considerada a importância da cobertura dos meios para o conhecimento e a definição do que está acontecendo em outras nações. O jornalismo internacional pode ser mirado como um espaço no qual as duas áreas se conectam de maneira constitutiva, pois as determinações do funcionamento se reforçam de forma destacada no produto “notícia internacional”.

Portanto, a visão de que a notícia sobre o exterior é um reflexo da realidade e que o sistema internacional é uma realidade em si (constituída por nações muitas vezes unidimensionais com habitantes *idem*) mostra-se como o resultado significativo desta interação. Não sendo uma situação de constatação, mas de construção e representação, o noticiário internacional apoia-se sobre concepções das relações internacionais e alimenta percepções de um mundo monolítico, definido sempre pelas mesmas questões a partir das mesmas formas.

Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais

6. Referências

- AGUIAR, Pedro. *Jornalismo internacional em redes*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio/ Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ANTUNES, Elton. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. *Revista Galáxia*, v. 9, n. 18, p. 85-99, São Paulo, dezembro, 2009.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.) & FERNANDES, Florestan (coord.). *Pierre Bourdieu*. Tradução de Paula Montero e Alcía Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
- CARR, Edward Hallett. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Uma introdução ao estudo das relações internacionais. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: UnB/ Ipriloesp, 2001.
- CARVALHO, Anabela. Discourse analysis and media texts: a critical reading of analytical tools. In: FIFTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON LOGIC AND METHODOLOGY. *Anais...* Colônia: International Sociology Association, 2000. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3137>>. Acesso em: 20 de abril de 2010.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ Fundação Oviedo Teixeira, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HALL, Stuart; CHRISTCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John & ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1999.
- HESTER, Al. As agências noticiosas ocidentais: problemas e oportunidades nas notícias internacionais. In: REYES MATTA, Fernando. *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- MIGUEL, Luis Felipe. O jornalismo como sistema perito. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 11, n. 1, p. 197-208, São Paulo, maio, 1999.
- MOLOTCH, Harvey L. & LESTER, Marilyn. A notícia como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 193-210.
- MULLER, Karla; MACHADO, Marcia & JACKS, Nilda. *Hermanos pero no mucho: el periodismo narra la paradoja de la fraternidad y rivalidad entre Brasil y Argentina*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- NATALI, João Batista. *Jornalismo internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.
- ONU, Nicholas G. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONU, Nicholas G. & KOWERT, Paul (ed.). *International relations in a constructed world*. Westchester: M.E. Sharpe, 1998. p. 59-64.
- POZOBON, Rejane de O. Maradona ou Biro Biro? Estereótipos e dinâmizações das identidades argentinas a partir da instância midiática. *Alceu*, v. 9, n. 18, p. 96-107, Rio de Janeiro, janeiro/junho, 2009.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993. p. 27-33.
- STEINBERGER, Margarethe B. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: Educ, 2005.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. A redescoberta do poder do jornalismo: análise da teoria do agendamento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 13-43.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993. p. 61-73.
- WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the Social Construction of Power Politics. *International Organization*, v. 46, n. 2, p. 390-425, Cambridge, Spring, 1992.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2008.